



# INSTITUTO DA MULHER

Correio Braziliense  
Artigo publicado em 02.01.98

É necessário, e conveniente, que o governo faça justiça, dando maior atenção às questões de saúde. Uma das formas mais eficientes no presente momento é a finalização, com a máxima urgência, do Instituto da Mulher, da USP, para garantir a continuidade e a multiplicação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

A mortalidade infantil em São Paulo é três vezes maior que nos Países desenvolvidos, enquanto que a mortalidade materna é quinze vezes maior que os mesmos Países. É importante destacar que as causas da mortalidade materna são, na sua grande maioria, previsíveis e evitáveis. O câncer do colo uterino, que é uma doença sexualmente transmissível, e também evitável e facilmente detectado precocemente e curado, leva ao óbito 1.800 mulheres todos os anos, em São Paulo. São dois exemplos, entre inúmeros outros, demonstrativos de como a mulher é discriminada na área de saúde, onde tem sido considerada mais como um instrumento para alcançar os objetivos que a sociedade e classes dominantes entendem importantes, que propriamente atendida como cidadã, nas suas necessidades e direitos.

O pré-natal e a amamentação, que foram, por muito tempo os únicos enfoques do sistema na área de saúde da mulher, buscavam recém-nascidos sadios e a oferta de métodos anticoncepcionais visava, na maioria das vezes, a uma política demográfica, em vez do direito da mulher de decidir livremente quando engravidar e quantos filhos ter, sem risco à saúde.

Isso ocorre como reflexo do processo de dominação e discriminação da mulher na sociedade brasileira e nos Países em desenvolvimento, de uma maneira geral. Espera-se que a mulher procrie, crie e eduque os filhos, cuide da casa, seja sexualmente disponível, que não transmita doenças sexuais, que engravide poucas vezes e contribua no orçamento doméstico. Mas a sociedade não lhe oferece condições mínimas para exercer essas tarefas de forma segura e digna. Tal procedimento, discriminatório, penetra na saúde tirando da mulher a prioridade que deveria ter, em função de altas taxas de mortalidade. A bem da verdade, a própria mulher não se coloca como prioridade, dando precedência em questões de saúde e alimentação para filhos e marido. As mais pobres, para agravar sua situação, têm acesso a uma medicina de segunda categoria, sem possibilidades reais e universais de usufruir os avanços tecnológicos de prevenção, diagnóstico e tratamento quando necessários.

Por toda essas razões, é necessário e conveniente que o governo faça justiça, dando maior atenção às questões de saúde. Uma das formas mais eficientes no presente momento é a finalização, com a máxima urgência, do Instituto da Mulher, da USP, para garantir a continuidade e a multiplicação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que foi desativado a partir de 1991, e dar atendimento à demanda crescente e reprimida, universalizando o acesso às ações mais complexas e necessárias. O Instituto da Mulher, da mesma maneira que o Hospital Pérola Byington faz, garantirá o acesso de todas as mulheres, quando necessário, às ações de diagnóstico e tratamento de alta complexidade, isso sem contar a formação de recursos humanos de boa qualidade e criação de conhecimento novo na área, mediante pesquisa.

Os exemplos em funcionamento (o Caism da Unicamp há já onze anos e o Hospital Pérola Byington há seis, em São

Paulo) demonstram cabalmente sua necessidade urgente.

Por essas razões a bancada de São Paulo. Por unanimidade (deputados e senadores de todos os partidos), colocou R\$ 17, 5 milhões de sua verba no orçamento para esse hospital. Os recursos não foram usados, apesar de estarem à disposição nas verbas dos reforços, que foram utilizadas em apenas 10%, em 19997. Isso ocorre por questões políticas menores e pessoais. Enquanto isso, as mulheres paulistas vão ficando nas filas intermináveis para poder se tratar, os dados de mortalidade continuam muito altos, o prédio vai se deteriorando e o governo paga juros por empréstimo que não usa.

Mas esse não é o único exemplo, pois, no ano findo, o Ministério da Saúde gastou apenas 8% dos R\$ 50 milhões orçamentados para papanicolaou, perdeu 92% enquanto seis mil mulheres morrem a cada ano, inutilmente, de câncer de colo, morte que pode ser prevenida por esse simples e barato exame.

Se fizermos um exame de Papanicolaou a cada três anos, para cada mulher, o que eficiente, com tais recursos anuais poderíamos cobrir vinte milhões de mulheres, o que significa praticamente a totalidade das mulheres brasileiras dependentes do Sistema Público de Saúde exposta a risco e praticamente, acabar com a absurda mortalidade por essa doença.

Essa é a face muitas vezes oculta da incompetência criminosa na saúde, que explica. Mas não justifica, o caos no setor, muito mais do que a falta de recursos.